

Constituinte estende a todo o país Sistema Único de Saúde

BRASÍLIA — A Assembléia Constituinte decidiu estender a todo o país o Sistema Único de Saúde, já adotado em alguns estados. O sistema consiste em atribuir um comando único a todas as unidades de saúde — municipais, estaduais, federais e particulares — dentro de uma região. Nenhum hospital, mesmo os particulares, poderá se recusar a atender um paciente. Com a adoção do Sistema Único de Saúde, os mais de 4 mil prefeitos do país passarão a ser os responsáveis pelo atendimento do cidadão. As cidades com mais de 2 milhões de habitantes, como o Rio de Janeiro e São Paulo, serão divididas em distritos sanitários, cujo diretor ou chefe coordenará os serviços na região.

O Sistema Único de Saúde é a inversão de toda a política de administração feita pelos ministérios da Saúde e Previdência até hoje. Não fará mais diferença

se o cidadão tem ou não carteira do Inamps. Todos serão atendidos pela rede pública, que funcionará com um único comando em cada nível de administração pública — municipal, estadual e federal.

Os postos de saúde, esquecidos ao longo dos últimos anos e reduzidos a meros aplicadores de vacinas, ganharão fôlego novo. Eles serão a base dos distritos sanitários, com a responsabilidade não só de vacinar, mas também de executar as medidas e diretrizes de saúde pública (campanhas para erradicação de endemias, por exemplo) e às atender as emergências ambulatoriais. Mas, se o caso necessitar de cuidados maiores, o cidadão é encaminhado ao centro de saúde.

Esse centro é a segunda etapa do sistema. Lá o atendimento ambulatorial terá mais médicos especializados. A eta-

pa seguinte são as unidades mistas, que poderão tanto prestar atendimento ambulatorial como providenciar internações (em sua maioria nos hospitais do Inamps). Acima deles estarão os hospitais regionais, que atenderão basicamente a emergências cirúrgicas ou clínicas. A ponta do Sistema Único de Saúde serão os hospitais de base ou de especialidade, centros de medicina avançada para tratamento específico de doenças do coração, pulmão, aparelho digestivo etc.

Com esse sistema não há diferenciação entre os hospitais do município, estado ou Inamps. No município, quem manda em todos é o prefeito. No estado, o secretário de Saúde, que, baseado nas necessidades de cada região, traçará a política adequada. A área federal, no caso o Ministério da Saúde, terá a visão global dos problemas.

Futuros aposentados recuperarão 350%

BRASÍLIA — Com a nova forma de cálculo para a aposentadoria, aprovada anteontem no capítulo de Seguridade Social da nova Constituição, quem se aposentar agora vai garantir a manutenção de pelo menos 350% de seus proventos, perdidos porque os últimos 12 meses de contribuição não sofriam correção monetária. Os proventos dos que já são aposentados e pensionistas serão revistos nas disposições transitórias, a fim de restabelecer o poder aquisitivo que detinham na época de sua concessão.

Pela atual legislação, a aposentadoria é calculada sobre a média dos últimos 36

meses de contribuição, mas a correção monetária não atingia os últimos 12 meses. "Isso ocasionava uma defasagem muito grande ao trabalhador, na hora de aposentar-se, pois perdia 12 meses de correção, o que hoje equivale a 350%", explicou o deputado Jorge Uequet (PMDB-RS), que, juntamente com o senador Almir Gabriel (PMDB-PA), conduziu as negociações do capítulo.

Também pela atual legislação, os índices de correção eram próprios, criados pela Previdência Social. Com a promulgação da nova Carta, o cálculo será feito sobre os últimos 36 meses de salário

de contribuição corrigidos monetariamente, mês a mês.

A secretária-geral do Ministério da Previdência Social, Maria Emília Azevedo, reconheceu que a nova fórmula de cálculo da aposentadoria vai significar um aumento considerável das despesas, que serão cobertas, porém, com as fontes adicionais de recursos criadas pela Constituinte, como o recolhimento sobre o faturamento e o lucro. Do orçamento de CZ\$ 4 trilhões previsto para este ano, a Previdência vai gastar CZ\$ 2 trilhões com benefícios, como pensões, aposentadorias, auxílios etc. Com assistência médica, serão despendidos CZ\$ 877 bilhões.